

PARA ALÉM DO IRAQUE: A CRISE TRANSATLÂNTICA EM PERSPECTIVA

Pierre Hassner

Haverá razões para falar numa crise transatlântica? Embora este artigo¹ responda afirmativamente, devemos estar conscientes de que a resposta não é assim tão óbvia. Para alguns, a crescente integração das economias ocidentais e o combate comum ao terrorismo são mais importantes do que as diferenças políticas que emergiram tão explosivamente no início de 2003 em torno da decisão americana de ocupar o Iraque. A própria NATO, sob este ponto de vista, mais uma vez enfrentou a tempestade, com o seu alargamento e a sua presença no Afeganistão. Para outros, a própria noção de uma crise atlântica é, pelo contrário, demasiado optimista. A relação transatlântica terá perdido tanto a sua centralidade como o seu carácter específico com o fim da Guerra Fria. Os vários países ocidentais têm valores e interesses convergentes e divergentes uns dos outros, bem como com o resto do mundo. Entre os Estados Unidos e a Europa, em particular, a tendência é para uma divergência cada vez mais aguda de opiniões, prioridades e políticas. Na opinião de alguns analistas, tais divergências poderão mesmo conduzir à formação de dois blocos antagónicos.

Este artigo defende que o Ocidente se encontra realmente fracturado, para utilizar a expressão de David Calleo², mas que pode ser consertado. Defende ainda que a importância mútua da América e da Europa não desapareceu e que pode muito bem reaparecer espectacularmente diante de novos desafios, embora não seja provável que isso signifique a cooperação harmoniosa de duas entidades coerentes, sob uma estrutura comum, tal como estava previsto na grande visão de Kennedy. Pelo contrário, a recuperação da unidade ocidental poderá apenas basear-se na consciencialização de divisões intra-americanas e intra-europeias, transnacionais ou transcontinentais, e de desafios comuns externos ou universais. O escritor francês Antoine de Saint-Exupéry costumava dizer: «Amarmo-nos não significa olharmo-nos um ao outro, mas olharmos juntos na mesma direcção.» A crise actual encontra-se numa encruzilhada de seis caminhos.

1. A crise das instituições atlânticas, em particular da NATO, como fica demonstrado não só pelas atitudes ambíguas e restritivas dos Estados Unidos e da França como

pelo fracasso da maior parte dos países da NATO em manterem as suas promessas no Afeganistão.

2. A crise da própria crise transatlântica, tal como o demonstra o espectacular declínio da popularidade da América entre os europeus, a atitude hostil da direita americana em relação a estes, e o declínio na sua prioridade de ambos os lados.

3. A crise interna dos Estados Unidos, das «guerras culturais» a uma crescente desigualdade social e ao ressentimento em relação ao mundo exterior.

4. A crise interna da unidade europeia, que vai do desinteresse popular, demonstrado pelas eleições europeias e as dúvidas sobre a projectada constituição e o alargamento, em particular à Turquia, ao contraste entre os sucessos legais e económicos e a fraqueza política.

5. A crise de relações entre «o Ocidente e o resto», com o risco de um «choque de civilizações» e da realidade do receio mútuo, da desconfiança e do ressentimento.

6. A crise de relações entre a modernidade (i.é, a globalização, a racionalização, a mobilidade, etc.), e as identidades e solidariedades tradicionais, religiosas, nacionais e étnicas, provocando uma onda sem precedentes de fundamentalismo em todo o lado excepto, até certo ponto, na Europa, Austrália e Nova Zelândia.

A CRISE ATLÂNTICA: A DIVISÃO POLÍTICA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A EUROPA

Tem havido muitas crises no interior da Aliança Atlântica: acerca do Médio Oriente (na altura da crise do Suez, em 1956) e do embargo do petróleo (em 1973), acerca da defesa

europeia, na altura da tentativa falhada de construir uma Comunidade de Defesa Europeia (1954), acerca do abandono de de Gaulle da NATO (1966), acerca da Ostpolitik alemã, acerca das bases dos mísseis *Pershing* e *Cruise*, acerca da nova Guerra

TEM HAVIDO MUITAS CRISES NO INTERIOR DA ALIANÇA ATLÂNTICA. NENHUMA DESSAS CRISES ATINGIU A INTENSIDADE E A GRAVIDADE DA CRISE DE 2003.

Fria e do projecto de «Guerra das Estrelas» de Reagan, nos anos 80, etc. Nenhuma dessas crises atingiu a intensidade e a gravidade da crise de 2003. Esta foi o culminar de um crescendo iniciado com a eleição de George W. Bush, passando pelas reacções ao acto terrorista de 11 de Setembro, pela discussão acerca das resoluções do Conselho de Segurança sobre as armas de destruição em massa de Saddam Hussein e, finalmente, pelo desencadear da guerra no Iraque.

Robert Kagan escreveu que os americanos e os europeus vivem em dois mundos diferentes, o mundo de Hobbes e o mundo de Kant, sendo «os americanos de Marte e os europeus de Vénus»³. O seu ensaio teve um grande impacto na Europa. Dominique de Villepin fez eco dele, talvez inconscientemente, ao intitular a compilação dos seus discursos «Outro Mundo»⁴, ou seja, um mundo governado pela lei em vez da força arbitrária. Em geral, ambos estavam errados; a força não é estranha aos europeus e o governo da lei, nacional e internacionalmente, é uma ideia mais americana do que europeia.

Mas ambas as percepções tinham qualquer coisa de verdade na altura do desencadear e da fase inicial da guerra contra o Iraque.

Em 2002, uma sondagem comparativa feita pelo German Marshall Fund e pelo Chicago Council on Foreign Relations mostrava que as opiniões americanas e europeias eram bastante próximas no que respeita às relações internacionais: ambos os lados viam o terrorismo internacional como um inimigo muito perigoso, ambos (com maiorias mais expressivas nos Estados Unidos) consideravam que o uso da força podia ser legítimo, mas ambos (com uma maioria mais expressiva na Europa) pensavam que carecia de uma sanção multilateral, da ONU ou pelo menos da Aliança Ocidental, para ser legítimo. Um ano mais tarde, em 2003, a mesma sondagem indicava que ambos os lados pensavam esmagadoramente (83 por cento nos EUA, 79 por cento na Europa) que possuíam valores diferentes⁵. O que acontecera pelo meio fora o início da guerra, precedido de dois anos de desprezo declarado e activo americano pelas instituições multilaterais. Este desprezo era, no entender dos próprios, provocado pelo repetido fracasso destas instituições multilaterais.

Enquanto que americanos e europeus se achavam unidos na luta contra o terrorismo e na guerra contra a Al-Qaida e os Taleban no Afeganistão, apenas o público americano acreditava, por larga maioria, nos argumentos que defendiam a guerra no Iraque: as armas de destruição maciça, as ligações entre Bin Laden e Saddam Hussein e o envolvimento deste último no 11 de Setembro, fazendo com que a mudança de regime conduzisse à democratização do Médio Oriente e ao aumento das probabilidades de resolução do conflito israelo-árabe. O público europeu, mesmo em países cujos governos se juntaram à guerra por lealdade para com os Estados Unidos e na esperança de os influenciar, estava não só menos desejoso de retaliação e mais relutante em correr riscos como era mais céptico em relação às declarações oficiais e aos relatórios dos serviços de informação. Acima de tudo, estava mais preocupado com as reacções muçulmanas e com o fracasso político de vitórias militares antigas, da Argélia ao Vietname. No início da guerra havia duas sólidas maiorias, americanas e europeias, em sentidos opostos – a favor e contra⁶. Isto significava não só o esbatimento de diferenças intra-europeias como das percepções europeias das diferenças americanas. Do unilateralismo triunfante da Administração Bush ao destino dos prisioneiros de Guantánamo ou Abu Ghraib, uma imagem negativa da América ia ganhando cada vez mais força, tal como a ideia de uma Europa ingrata e covarde se alargava nos Estados Unidos. Na Europa, as opiniões favoráveis aos Estados Unidos desceram, num ano, de 63 por cento para 31 por cento em França, de 70 por cento para 34 por cento em Itália, na Polónia de 79 por cento para 50 por cento, só para dar alguns exemplos.

Alguns pensadores como Jürgen Habermas e Jacques Derrida, baseando-se nas enormes manifestações pacifistas que cobriram a Europa na Primavera de 2003, e alguns cientistas políticos, como Dominique Reynié⁷, anunciaram o nascimento de uma consciência e opinião pública europeias.

Esta gritante oposição, contudo, tendeu a esbater-se com a mudança de rumo dos acontecimentos no Iraque. As alterações na política americana começaram a ir na direcção dos alertas europeus acerca da ocupação e dos desejos de uma transferência rápida de soberania para os iraquianos. A opinião pública americana começou a virar-se contra a guerra: em Junho de 2004, uma maioria de americanos pensava que a guerra não valia as baixas que provocava, e que aumentava o perigo terrorista, em vez de o reduzir. Nessa altura parecia haver, tal como antes da guerra, apenas uma diferença de grau entre a opinião pública americana e a europeia. A edição de 2004 da mesma sondagem indicia que a oposição americana à guerra do Iraque atingiu o seu ponto mais alto em Junho-Julho e que, mesmo assim, George W. Bush conseguiu persuadir uma maioria de americanos do que Francis Fukuyama denominou a «grande mentira»⁸: a ideia de que a guerra do Iraque faz parte da luta global contra o terror. Além disso, 82 por cento dos americanos contra 41 por cento dos europeus pensam que o uso da força pode atingir os objectivos mais imediatos⁹. Por outro lado, mesmo 48 por cento dos republicanos pensam que não é justificável que os EUA «mudem uma ditadura em favor de uma democracia onde o consigam»¹⁰. E entre os que acham que a guerra no Iraque é justificada, uma maioria crê que as baixas americanas por ela causadas não valem o esforço bélico, tal como uma maioria de europeus defende agora uma Defesa europeia comum, mas uma maioria igualmente importante recusa uma subida nos orçamentos da Defesa. Para além desta divergência de princípios acerca do uso da força e desta convergência na recusa de pagamento dos custos (humanos ou financeiros), será justo dizer-se que enquanto a opinião europeia permanece unida na sua oposição, a opinião americana está agora profundamente dividida. Por outro lado, as investigações do Congresso e as decisões do Supremo Tribunal acerca dos direitos dos «combatentes inimigos» em «questionar a sua situação em tribunal» muito fazem para restabelecer a confiança europeia nos Estados Unidos enquanto país onde os *checks and balances* e o *due process of the law* não perderam a sua relevância.

Poderemos então falar de uma divergência passageira de pontos de vista e de um regresso à compreensão mútua e à cooperação? Seria demasiado optimista. Para começar, no que se refere à Guerra do Iraque, desenvolvimentos futuros (quer no sentido de uma retirada americana precipitada quer no alastrar das hostilidades a outros países, em especial ao Irão) poderão reabrir feridas recentes. De qualquer das formas, enquanto o Governo alemão trabalha no sentido de uma reconciliação com os Estados Unidos, e o seu sucessor provavelmente o fará ainda mais, o declínio rápido e sem precedentes em sentimentos positivos em relação aos Estados Unidos entre a opinião pública alemã (de 60 por cento de favoráveis para 25 por cento), e a crescida concomitante na prioridade da conexão europeia sobre a atlântica (81 por cento contra 9 por cento)¹¹, representam uma verdadeira mudança de maré, e não parecem vir a desaparecer em breve.

Contudo, os americanos não têm qualquer razão para temer uma Europa dirigida contra eles, tal como a retórica de alguns, em especial em França, parece sugerir. Embora os sentimentos antiamericanos aumentem, traduzem-se mais num vago pacifismo ou numa

vaga aspiração de que a Europa seja dona do seu próprio destino, do que numa política coerente. O impulso para a criação de uma «superpotência Europa» poderia apenas vir da cooperação activa entre a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha, mas a França, embora popular em todo o mundo por ter feito frente aos Estados Unidos na questão do Iraque, está cada vez mais isolada diplomaticamente na Europa, como bem ilustra a composição da nova Comissão Europeia. A Grã-Bretanha, ainda que menos incondicionalmente pró-americana do que Tony Blair, não parece disposta a abraçar de alma e coração a ideia de uma Europa poderosa, e muito menos uma Europa hostil aos Estados Unidos. Por seu lado, a Alemanha, por razões económicas, psicológicas e ideológicas, não quer fazer os sacrifícios e correr os riscos envolvidos na criação de uma superpotência europeia. Mas em parte pelas mesmas razões os Estados Unidos, mesmo que regressem a uma posição mais multilateral e pró-europeia, não têm grandes razões para esperar uma ajuda europeia activa e dinâmica na manutenção da estabilidade, para já não falar na democracia, no Iraque ou mesmo no Afeganistão, onde a actuação dos membros europeus da NATO tem sido até agora ainda menos satisfatória do que a americana. Se John Kerry vencer as eleições presidenciais americanas poderá retirar aos europeus um alibi: o da posição não-cooperante de Bush. Os europeus não parecem ter energia para se oporem ou apoiarem efectivamente os Estados Unidos. Temos

quase a tentação de pensar que Robert Kagan estava mais do que meio-enganado acerca dos americanos, mas mais do que meio-certo acerca dos europeus. Em 2002, o investigador búlgaro Ivan Krastev formu-

lou a diferença entre os americanos e os europeus nos seguintes termos: «Os americanos sentem que estão em guerra, os europeus acham que devem impedir uma guerra.» Respondi que isto era verdade mas que devíamos distinguir entre diferentes tipos de guerra: estamos todos em guerra com a Al-Qaida e o fundamentalismo islâmico visto que estão em guerra connosco; mas temos de nos esforçar para impedir que esta guerra se torne num choque de civilizações, ou numa guerra do Ocidente contra o resto do mundo, em particular contra o Islão. Hoje em dia esta distinção ainda me parece válida mas tenho de confessar que, por um lado, Kagan estava mais próximo da verdade do que eu pensava, pelo menos no que se referia à relutância de alguns europeus em contemplarem a ideia de guerra sob quaisquer que fossem as circunstâncias, e que, por outro lado, o choque de civilizações, que permanece uma ideia errada e perigosa, fez enormes progressos, em grande medida devido à guerra do Iraque e às políticas americanas que muito fizeram alastrar e agravar os sentimentos anti-ocidentais em todo o mundo muçulmano.

É, portanto, a vez de os europeus temerem, em particular em relação ao Médio Oriente onde ambos os lados do Atlântico têm os mesmos interesses e, pelo menos em princípio, as mesmas políticas, que a falta de empenho ou o empenho tácito na direcção errada dos Estados Unidos acarretem consequências catastróficas para todos.

SE JOHN KERRY VENCER AS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS AMERICANAS PODERÁ RETIRAR
AOS EUROPEUS UM ALIBI: O DA POSIÇÃO
NÃO-COOPERANTE DE BUSH.

Outras diferenças, ainda que ambíguas, são mais estruturais ou assentam em diferenças de interesse objectivas ou em diferenças inevitáveis de prioridades. Todos percebem que o desaparecimento da União Soviética diminuiu em muito as necessidades de segurança mútua entre a América e a Europa, e que a ascensão da Ásia diminuiu a importância comparativa da Europa em relação aos Estados Unidos ou que o declínio demográfico da Europa e o crescimento da população do Maghreb e a imigração para a Europa criam problemas específicos destinados a afectar as suas políticas externas mais do que as dos Estados Unidos.

Já as diferenças de poder, ainda que óbvias, são mais discutíveis. O crescimento económico da América, mesmo que espectacular, pode ser frágil. A estagnação comparativa da Europa Ocidental pode esconder a sua verdadeira força.

Militar e tecnologicamente, a enorme e crescente superioridade da América pode revelar-se uma espada de dois gumes, ao criar a tentação do uso da força militar contra estados independentes, quando deveria ser dada prioridade a outros métodos e outros alvos. Uma política imperial assente na força militar, mesmo que justificada, pode exigir um regresso ao serviço militar obrigatório e impostos mais elevados, com consequências sociais e políticas indesejáveis.

Se tomarmos como teste a guerra no Iraque, é claro que a superioridade militar americana não lhe permitiu atingir os seus objectivos estratégicos e políticos. Pelo contrário, a revolução nas questões externas e militares proclamada com grande pompa pela Administração Bush está de rastos. Dois dos seus defensores mais acérrimos, Lawrence Kaplan e

William Kristol, no seu livro de 2003, *The War over Iraq: Saddam's Tyranny and America's Mission*, descreviam-na como um filme, da dissuasão à preempção, da contenção à mudança de regime, da ambivalência à liderança, do realismo mais

SE TOMARMOS COMO TESTE A GUERRA NO IRAQUE, É CLARO QUE A SUPERIORIDADE MILITAR AMERICANA NÃO LHE PERMITIU ATINGIR OS SEUS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E POLÍTICOS.

estreito (Bush I) e do liberalismo ardente (Bill Clinton) a um internacionalismo marcadamente americano. Hoje, a doutrina da preempção está desacreditada por várias razões. Em primeiro lugar, pela desadequação das informações dos serviços secretos acerca das armas de destruição maciça detidas pelo Iraque. Em segundo lugar, a «mudança de regime» por meios militares não parece estar nos planos para o Irão, a Coreia do Norte ou o Médio Oriente em geral, dado o caos e os sentimentos antiamericanos que substituíram, no Iraque, a democracia entusiástica e pró-ocidental que se esperava após a queda de Saddam. Entretanto, a ambivalência começou a surgir entre alguns nomes importantes da Administração Bush, embora nem o Presidente nem o Vice-Presidente confessassem arrependimentos ou dúvidas. Finalmente, o internacionalismo especificamente americano prevalecente após a II Guerra Mundial e que inspirou o Plano Marshall, o apoio à união da Europa – um potencial rival –, e a criação da «emaranhada» Aliança Atlântica foi substituído por uma política imperial muito mais tradicional, que divide para reinar,

que se opõe à união da Europa e que pretende governar acima de tudo pela força militar, mas que se mostra incapaz de controlar a sua própria zona em Bagdad.

Não obstante tudo isto, a capacidade americana para projectar e usar a força será sempre maior do que a da Europa no futuro próximo e isto criará problemas práticos de percepção e cooperação, mesmo que cada um dos lados abandone a ilusão de que está sozinho. A dimensão mais controversa é a das diferenças em valores e em tendências sociais. Para Kagan, os valores e as atitudes separam os europeus dos americanos, enquanto que no seu próprio interesse, como está bom de ver, os europeus deveriam aceitar a hegemonia benevolente dos Estados Unidos e assim consolidar a sua legitimidade. Para Charles Kupchan, tanto os valores como os interesses são cada vez mais divergentes de um lado a outro do Atlântico e levarão ao verdadeiro choque de civilizações, entre a América e a Europa¹². Para Michael Lind, os valores e sociedades são cada vez mais convergentes mas os interesses geopolíticos são cada vez mais divergentes¹³. Para Philip Gordon (com Jeremy Shapiro)¹⁴ e Timothy Garton-Ash¹⁵, ainda que as prioridades sejam diferentes, os valores e os interesses são mais comuns ou compatíveis do que opostos, e os conflitos transatlânticos devem-se mais à má gestão do que às estruturas, com um novo entendimento ou um novo compromisso (em torno do Iraque para Gordon, após Novembro e em torno de uma agenda alargada, deixando de lado o Iraque, para Garton-Ash) são possíveis e absolutamente necessários.

Alguns pontos parecem não merecer controvérsia. Internamente, os Estados Unidos voltaram-se para a direita (dois jornalistas britânicos chamaram-lhe a «Nação às Direitas») mesmo que as circunstâncias económicas ou internacionais possam levar de vez em quando os democratas à vitória. Existem tendências comparáveis na Europa, onde as falhas da social-democracia e a crise do Estado-providência produzem apelos periódicos à reforma no sentido thatcheriano-reaganiano do termo, mas a resistência é muito mais forte. A prioridade dada à igualdade e à segurança em detrimento da competitividade e da flexibilidade continua viva.

Uma diferença, em surpreendente crescimento, situa-se em torno da religião. Os europeus estão a ficar menos religiosos, os americanos mais. Os europeus são a excepção ao revivalismo que parece estar a ocorrer em todas as principais religiões, com consequências políticas explosivas¹⁶. Tendem, erradamente, a identificar a religiosidade americana com o fundamentalismo protestante, enquanto que a religião na América tem, na maior parte dos casos, seguido a mesma evolução que na Europa, num sentido individualista e não-dogmático¹⁷. Mas a influência política dos conservadores protestantes não tem qualquer equivalente na Europa. Como escreveu Karsten Voigt, na Alemanha os protestantes fundamentalistas são predominantemente pacifistas enquanto que na América são predominantemente maniqueístas.

Contudo, nenhuma destas diferenças é fixa e permanente. Muitas tendências supostamente específicas dos Estados Unidos estão a chegar à Europa, desde pregadores evangélicos a sentenças penais mais duras e à concentração capitalista na imprensa e nos

meios de comunicação em geral. O que poderá justificar a variedade de interpretações para as divisões internas nos Estados Unidos e na Europa?

DIVISÕES INTERNAS E PERCEPÇÕES MÚTUAS

A divisão mais politicamente relevante que atravessa o fosso atlântico é a cultura política. Como observou Gertrude Himmelfarb, talvez com algum exagero, em *One Nation, Two Cultures*¹⁸, os Estados Unidos estão divididos por duas culturas: o que denominou em 1999-2000 a cultura dominante, aquela que prevê o laxismo em termos de regras familiares e sexuais mas que insiste nas «virtudes caritativas», na compaixão, no arrependimento de pecados passados contra as minorias, etc., e o que denominou a cultura «dissidente», que defende um regresso às virtudes do trabalho, da família, do patriotismo, da disciplina e da honra e uma «deseuropeização, ou seja, uma remoralização da cultura americana». Himmelfarb pedia «uma mudança na cultura através da política». Em larga medida isto foi conseguido com a eleição de George W. Bush e acima de tudo com o choque do 11 de Setembro. Mas iniciara-se mais cedo. A ascensão desta tendência tem sido descrita e explicada de várias maneiras como a ascensão dos «Jacksonianos»¹⁹ e como a conquista dos Estados Unidos pelo Texas ou pelo Sul²⁰.

Muitos europeus deploraram o que viam como as grandes mudanças de humor e de modas intelectuais dos norte-americanos. Ainda ontem os europeus, e em particular os intelectuais parisienses, gozavam com os excessos de «correção política», de legalismo, de feminismo, de autoflagelação, de aversão ao risco (como a obsessão com a protecção de forças e a procura de «baixas zero»). Hoje em dia criticam os excessos opostos – a discriminação, a brutalidade, o autoconvencimento, o maniqueísmo, a arrogância, o aventureirismo. A oscilação do pêndulo entre um e outro extremo parece ser uma tendência americana, embora alguns mecanismos de equilíbrio tenham preservado os Estados Unidos, ao contrário da maior parte da Europa, das experiências fascista e comunista.

Mas o que importa aqui é que enquanto alguns europeus criticam as oscilações na cultura política americana, a maior parte deles critica uma versão e identifica-se com a outra. Os grupos tradicionalmente mais pró-americanos, como os jovens e as pessoas com formação superior, são, actualmente, os mais hostis à Administração Bush. Alguns presidentes americanos recentes, como Kennedy e Clinton, foram populares entre os jovens europeus, como símbolos de dinamismo e de modernidade. Carter era respeitado por alguns pelas suas posições acerca dos direitos humanos, mas irritava outros pela sua santimónia e moralismo. Nixon foi atacado pela esquerda por causa do Vietname e do Chile, criticado pela Europa protestante pelo Watergate, mas agradou a católicos e a latinos mais hostis ao moralismo e apreciadores do realismo. Reagan foi criticado pela sua visão a preto e branco do mundo e pela vigorosa imposição da primazia americana, mas foi criticado pela direita e aplaudido pela esquerda pelos seus entendimentos com Gorbachev. Apenas George W. Bush é quase unanimemente condenado na Europa Ocidental, por ser arrogante e simplista, sanguinário e missionário.

Este quase unanimismo é quebrado, todavia, pelas atitudes dos antigos países comunistas europeus²¹. O tradicionalismo americano, recheado de patriotismo, religião, valores da família, pena de morte e repressão das minorias sexuais sossega-os mais do que os choca. São mais entusiastas em relação ao capitalismo do que à social-democracia, embora muitos sejam nostálgicos da estabilidade garantida pelos últimos anos do comunismo, e os alemães de Leste permanecem desconfiados do «imperialismo americano». Enquanto que a Grécia é o país mais antiamericano, os albaneses, em especial os kosovares, são o povo mais pró-americano. E isto conduz-nos ao segundo aspecto, o papel da superpotência americana no mundo.

Para a maior parte dos europeus ocidentais o poderio americano foi necessário e benéfico (embora por vezes mal direccionado, como no Vietname) enquanto existia o perigo soviético. Assim que os Estados Unidos se viram como a única superpotência militar bem como o centro do sistema económico mundial, a tendência para criticar a sua superioridade e para temer o seu domínio aumentou espectacularmente, bem como a tentação de os culpar por todas as injustiças e problemas do mundo, quer fossem causados pela sua influência quer por fenómenos mais amplos como a globalização. Para os europeus orientais, pelo contrário, a América permanece o Libertador, o país que enfrentou a União Soviética e Milosevic, e que os livrou do mal. Mais importante ainda, os Estados Unidos continuam a ser a potência em que confiam para sua protecção contra os seus antigos donos, e, pelo menos inicialmente, estavam prontos a dar-lhes o benefício da dúvida na sua demanda mundialmente libertadora de todas as outras tiranias.

Os europeus ocidentais também exprimiram solidariedade com os Estados Unidos após o 11 de Setembro contra o novo inimigo comum, a Al-Qaida, como o testemunha o famoso editorial do *Le Monde*, «Somos todos americanos», e a imediata e unânime invocação do artigo 5.º do Pacto do Atlântico. Mas o desdém com que estas demonstrações de solidariedade e ofertas de ajuda foram recebidas pela Administração Bush, a diferença na intensidade da reacção e, acima de tudo, a diferença de análise entre os americanos e os europeus acerca da ameaça e dos meios de a enfrentar acabaram por fazer azedar estes sentimentos de comunhão e, sobre-

tudo, a fé dos europeus ocidentais na liderança da América. Enquanto que para alguns, à esquerda, a busca das causas originais do terrorismo os levou a encarar a América como a criadora da situação que conduziu ao terrorismo islâmico, uma

vasta maioria de críticos insiste que a sua disputa é com a Administração Bush e não com os Estados Unidos enquanto tal, ou com as suas políticas anteriores. Por exemplo, 76 por cento dos franceses e 68 por cento dos alemães culpam Bush e não a América. Para os russos, a proporção é a oposta: 29 por cento culpam Bush, 48 por cento a América²². No entanto, a sua reacção negativa às actuais políticas americanas traduz-se, particular-

O QUE FICA DEMONSTRADO É QUE OS AMERICANOS E OS EUROPEUS NÃO VIVEM EM MUNDOS DIFERENTES MAS QUE A SUA REACÇÃO AOS MESMOS DESAFIOS PODE DESEMBOLCAR EM DIVERGÊNCIAS E DISPUTAS ENTRE SI.

mente entre países nostálgicos da sua posição histórica, como a França, ou desejosos de mostrar a sua independência, como a Alemanha, num desejo mais profundo de ver a Europa assumir a sua defesa e segurança, mesmo que, como vimos, este desejo muito provavelmente não signifique nenhum esforço financeiro e militar real nos próximos tempos. O que fica demonstrado é que os americanos e os europeus não vivem em mundos diferentes mas que a sua reacção aos mesmos desafios pode desembocar em divergências e disputas entre si. Muitas vezes, no entanto, estas divergências e disputas transatlânticas são outra face de divergências e disputas intra-americanas e intra-europeias. Assim como as explosões da direita americana contra os europeus são muitas vezes principalmente dirigidas aos liberais americanos (o número de 23 de Setembro de 2004 da *Weekly Standard* chamava aos democratas o «partido da Europa»), também o desejo dos governos europeus de mostrarem a sua independência em relação aos Estados Unidos é muitas vezes, sobretudo, uma forma de cortejar o favor das suas juventudes pacifistas ou de neutralizar os seus opositores de esquerda e nacionalistas.

DEBATES COMUNS, REACÇÕES DIFERENTES

Esta passagem pelas diferenças intra-americanas e intra-europeias aponta para uma terceira dimensão: a evolução geral do Ocidente, e a forma como o seu curso é influenciado, inflectido ou detido em diferentes locais e em diferentes pontos no tempo por encontros com desafios externos. Um exemplo perfeito é o paralelismo entre a expedição do Suez de 1956 e a do Iraque de 2003. Em 1956 foram os franceses e os britânicos que descreveram Nasser como um Hitler, que o viram como uma ameaça à segurança energética do Ocidente e uma ajuda decisiva à insurreição argelina e que, juntamente com Israel, o atacaram. E foram parados por quem? Pelos Estados Unidos, em convergência com a União Soviética e em nome das Nações Unidas e da ilegitimidade do uso não autorizado da força.

Os franceses e os britânicos estavam então a meio das lutas de descolonização enquanto que os Estados Unidos, liderados pela desconfiança de um soldado em relação ao «complexo militar-industrial» e à guerra na Ásia, ainda não se tinham envolvido no Vietname, onde John F. Kennedy, um jovem e dinâmico presidente aconselhado pelos «melhores e mais bri-

lhantes» estrategos civis, iria mergulhar uns anos mais adiante. A aventura do Vietname, por sua vez, produziu uma deslegitimação do *establishment* americano. Contribuiu, a nível interno, para a contracultura dos anos 60 e, internacionalmente, para uma relutância

O MOVIMENTO NEOCONSERVADOR

É TALVEZ, ANTES DE TUDO, UMA REACÇÃO À HUMILHAÇÃO DO VIETNAME E AO ESPÍRITO DOS ANOS 60.

na tomada de riscos e no uso do poderio militar. Por sua vez, o movimento neoconservador é talvez, antes de tudo, uma reacção à humilhação do Vietname e ao espírito dos anos 60. Procuravam uma oportunidade de reacender as virtudes patrióticas americanas e reafirmar o poderio militar americano. Esta oportunidade foi-lhes oferecida pelo ataque terrorista de 11 de Setembro, e pôde ser explorada graças ao enorme poderio militar acumulado desde

Reagan e ao desaparecimento do desafio soviético. Entretanto, os europeus não tiveram uma reacção interna semelhante. Externamente, embora não tenham ido aos extremos da relutância americana em arriscar as vidas das suas tropas, tinham assimilado a lição das guerras coloniais e, com a excepção parcial do Reino Unido e da França, dirigiram as suas energias – ou o que quer que delas restava – para os objectivos internos e europeus.

Outro elemento a considerar é que os Estados Unidos estavam cada vez mais próximos, e os europeus cada vez mais afastados, de Israel. Mas o que importa é que os velhos desafios (o mundo árabe, o petróleo, o conflito israelo-palestiniano, o encontro do Ocidente com as culturas tradicionais e as religiões) e os novos (a globalização, a mudança de clima, as epidemias e, sobretudo, o terrorismo transnacional apocalíptico) apanharam a Europa e a América em diferentes estádios da sua evolução, tanto em termos de cultura política como em termos de poder.

Isto levanta questões fundamentais acerca da sua cooperação. Timothy Garton-Ash tem razão ao escrever: «A América está dividida por uma grande discussão acerca de si própria. A Europa está dividida por uma grande discussão acerca da América o que é, contudo, também um sintoma da tentativa da Europa de perceber a sua própria transformação.»²³ Mas há uma verdade complementar que não é menos importante.

A América está dividida mas apesar de períodos de autolaceração e de excepções na extrema-esquerda e na extrema-direita, os americanos estão bem seguros da sua identidade e de um credo tradicional: a ideia de que a América tem uma missão no mundo e a força para a implementar. Por outro lado, têm pouca percepção deste mundo exterior que querem conduzir ou salvar. Daí a sua surpresa perante o ressentimento ou a resistência que encontram. Os europeus, por seu lado, sendo muito menos auto-suficientes, estão muito mais em contacto com as complexidades do mundo. Questionam-se perante a ingenuidade americana e são capazes de evitar armadilhas que ultrapassariam muito pior do que os Estados Unidos. Mas o orgulho em si próprios, o seu dinamismo e o seu sentido de futuro estão em níveis muito baixos, apesar do feito notável que é a União Europeia que, de todas as formas, parece ter perdido, pelo menos entre os seus membros, o poder de atracção e inspiração que em tempos teve.

Desta diferença pode surgir o conflito e a incompreensão, ou a complementariedade e a cooperação. Se os americanos pudessem resistir à sua tentação imperial e utópica sem caírem no seu oposto isolacionista, se os europeus conseguissem resistir às suas tentações pacifistas e «passivas» (ou preferências pelo *status quo*), a sua aliança poderia ser tão útil contra as novas ameaças como fora contra as antigas. Mas para isso os americanos têm de aprender tanto a ouvir como a dirigir. Têm de recuperar a sabedoria que em tempos os levou a privilegiar a unidade europeia, em vez da divisão.

Os americanos e os europeus poderiam então trabalhar em conjunto com vista a um sistema misto e flexível que combinasse a primazia americana, um concerto de potências partilhando um mínimo de interesses e valores comuns e um verdadeiro diálogo com outros actores, sejam eles estados ou não, com o objectivo de reformar o mundo e salvá-lo da destruição.

Mas esta é uma perspectiva distante. Por enquanto, os europeus enfrentam a realidade da disputa entre o «hiperpoder» do império americano e o «hiperterrorismo» do fanatismo e do ressentimento. Podem fazer uma escolha entre quatro atitudes:

- A primeira seria uma solidariedade ocidental quase total como a pratica Tony Blair.
- A segunda seria uma oposição quase total ao imperialismo americano, tal como é preconizado pela extrema-esquerda e pelos movimentos «antiglobalização».
- A terceira seria uma espécie de neutralismo passivo: nem com os «Estados Unidos nem com Saddam (ou a Al-Qaida)» segundo o *slogan* italiano dos anos 70, «nem com o Estado nem com as Brigadas Vermelhas».
- A quarta basear-se-ia na diferenciação, discriminação e condicionalismo. Responderia afirmativamente à guerra contra o terrorismo fanático mas não à guerra de civilizações, ou do Norte contra o Sul, dos cristãos, judeus e hindus contra os muçulmanos, dos ricos contra os pobres, etc. Responderia negativamente à guerra contra o Iraque, mas afirmativamente a uma ajuda enérgica para evitar o desastre do pós-guerra. Diria não à utopia imperial da democracia universal imposta pela força, mas diria sim aos esforços diferenciados na luta contra a tirania e a insegurança, através de meios que podem ou não incluir a força, segundo critérios de legitimidade e eficácia. Seria fiel aos interesses da Europa e aos seus princípios. Escusado será acrescentar que esta política, mais desejável, é também a mais improvável. **RJ**

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL

SETEMBRO DE 2004

NOTAS

1 Este artigo resulta de uma comunicação apresentada na Conferência da FLAD/IPRI-UNL «Os Estados Unidos e a Ordem Internacional» (30 de Setembro-1 de Outubro de 2004) e usa liberalmente ideias e formulações emprestadas de duas outras comunicações: «The West : how many divisions» na Universidade de Bolonha (26 de Abril de 2004), a publicar nas actas da conferência editadas pelo Prof. T. Bonazzi, e «European Perceptions of the United States», Aspen Institute, Congressional Program, US-Russia-Europe, Cooperative Efforts, Veneza, 21-27 de Agosto de 2004.

2 David Calleo, «The Broken West», *Survival*, Verão de 2004.

3 Robert Kagan, *Paradise and Power*, Londres, Atlantic Books, 2003.

4 Dominique de Villepin, *Un autre monde*, Paris, L'Herne, 2003.

5 German Marshall Fund, *Strengthening Transatlantic Cooperation*, *Transatlantic Trends Times*.

6 Nos EUA, 59 por cento contra 30 por cento apoiavam a guerra. Em Itália, 81 por cento contra 17 por cento opunham-se a ela. Em França, 75 por cento contra 20 por cento. Na Alemanha, 69 por cento contra 27, na Polónia

(apesar da popularidade geral americana e da participação do país na coligação de guerra) 73 por cento opunham-se contra 21 por cento que a apoiavam. *The Pew Research Center*, 18 de Março de 2003.

7 Dominique Reynié, *La Fracture Occidentale: naissance d'une opinion publique européenne*, Paris, La Table Ronde, 2004.

8 Francis Fukuyama, «America's next president will need to rethink Iraq», *The Financial Times*, 14 de Setembro de 2004.

9 *Transatlantic Trends*, 14 de Setembro de 2004.

10 *Ibidem*.

11 *Transatlantic Trends 2003*, *The Financial Times*, summary, p. 7.

12 Charles Kupchan, *The End of the American Era*, Nova York, Knopf, 2002.

13 Michael Lind, «The Atlantic is becoming even wider», *The Financial Times*, 23 de Agosto de 2004.

14 Philip Gordon e Jeremy Shapiro, *Allies at War*, Nova York, MacGraw-Hill, 2004, e Philip Gordon «Letter to Europe», *Prospect*, n.º 101, Agosto de 2004.

15 Timothy Garton-Ash, *Free World, Why a Crisis of the West Reveals the Opportunity of our Time*, Londres, Allen Lane, 2004, e, do mesmo autor, «Letter to America», cit.

16 Malise Ruthven, *Fundamentalism, The Search for Meaning*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

17 Cf. Alan Wolfe, *The Transformation of American Religion*, Nova York, Free Press, 2003.

18 Gertrude Himmelfarb, *One Nation, Two Cultures*, Londres, Random House, 1999 e 2000.

19 Cf. Walter Russell Mead, *Special Providence*, Nova York, Knopf, 2001.

20 Cf. Michael Lind, *Made in Texas. George W. Bush and the Southern Takeover of American Politics*, Nova York, Basic Books, 2003.

21 Cf. Ivan Krastev, «The Anti-American Century», *Journal of Democracy* 15, 2 de Abril de 2004.

22 Pew Research Center, *Views of a Changing World*, 2003.

23 Timothy Garton-Ash, *Free World*, p. 187.